

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.692 - MG (2019/0296449-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ROMARIO SENA DE MATOS VAZ (PRESO)
ADVOGADOS : FABRÍCIO GOMES FERREIRA DE PAULA - MG098918
ERIC SABIONI DE PAULA - MG089948
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ROMÁRIO SENA DE MATOS VAZ contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n.º 1.0000.19.102600-4/000.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado como incurso no art. 33, *caput*, c.c. o art. 40, inciso VI, ambos da Lei de Drogas, às penas de 7 (sete) anos, 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 833 (oitocentos e trinta e três) dias-multa, pois, em tese, teria envolvimento na apreensão de **1.590 gramas de "cocaína"** (fls. 43-44).

Foi negado o reconhecimento do direito do Paciente de recorrer em liberdade (fl. 78).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pelo Tribunal de origem (fls. 162-167).

Neste recurso ordinário, alega o Recorrente, em síntese: a) a ausência de requisitos e de fundamentos aptos à negativa de reconhecimento do direito do Paciente de recorrer em liberdade; e b) a suficiência das medidas cautelares alternativas à prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente porque o Magistrado sentenciante, ao negar reconhecimento ao direito do Paciente de recorrer em liberdade, consignou que "*a sentença ora prolatada reafirmou a gravidade concreta dos fatos, os quais abalaram a ordem pública, considerando a quantidade de droga apreendida e o risco de reiteração criminal*" (fl. 78).

Superior Tribunal de Justiça

Como se percebe, os fundamentos da segregação cautelar não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente porque a jurisprudência firme desta Corte Superior considera idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva com base na natureza e quantidade da droga apreendida – no caso, **1.590 gramas de "cocaína"** (fls. 43-44) –, a revelar a necessidade de acautelar a ordem pública.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça já entendeu que "[a]presentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, explicitada na razoável quantidade, a variedade e a natureza das substâncias apreendidas, não se há falar em ilegalidade do decreto prisional." (HC 451.934/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Rel. p/ Acórdão Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 16/11/2018).

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, nas quais deverão constar o estágio atual do processo e a situação prisional do Recorrente.

Oficie-se à Corte estadual para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora